

Casa José Coltro

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Conselheiros e Administradores da
Casa José Coltro
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Casa José Coltro (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa José Coltro em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme a norma NBC TG 1000 (R1) e a interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Reavaliação de ativo imobilizado

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 5 e 9.2 às demonstrações contábeis, a Entidade realizou, em exercícios anteriores, a reavaliação do imóvel sede (Edifícios) e contabilizou o acréscimo de R\$ 1.382.713 ao valor contábil, o qual foi registrado na rubrica de “Ativo Imobilizado”, no ativo não circulante, tendo como contrapartida a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, o que está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme o item 17.15 - “mensuração após o reconhecimento inicial” da norma NBC TG 1000 (R-1). Como consequência, a rubrica “Ativo Imobilizado” e o “Patrimônio Líquido” estão registrados a maior no montante de R\$ 1.018.600 em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparabilidade, não foram auditadas por nós e nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme a norma NBC TG 1000 (R1) e a Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

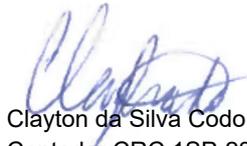
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Clayton da Silva Codo
Contador CRC 1SP-234.906/O-1

Casa José Coltro

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> <u>(Não auditado)</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.422.100	1.068.644
Créditos diversos	-	39.041	61.059
Total do ativo circulante		<u>1.461.141</u>	<u>1.129.703</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	5	<u>1.173.639</u>	<u>1.200.402</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.173.639</u>	<u>1.200.402</u>
Total do ativo		<u>2.634.780</u>	<u>2.330.105</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa José Coltro

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> <u>(Não auditado)</u>
Passivo circulante			
Obrigações trabalhistas e tributárias	6	2.340	52
Projetos a realizar	7	167.319	-
Total do passivo circulante		<u>169.659</u>	<u>52</u>
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	9.1	1.446.521	1.256.145
Ajuste de avaliação patrimonial	9.2	1.018.600	1.073.908
Total do patrimônio líquido		<u>2.465.121</u>	<u>2.330.053</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.634.780</u>	<u>2.330.105</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa José Coltro

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> <u>(Não auditado)</u>
Receitas com restrições			
Programa com convênios	10	1.165.783	1.478.031
Receitas sem restrições			
Receitas com doações	10	763.781	569.345
Receitas com vendas de mercadorias	10	10.658	-
Trabalho voluntário	16	381.580	-
Total das receitas		<u>2.321.802</u>	<u>2.047.376</u>
Despesas com restrição			
Despesas com pessoal	11	(568.350)	(612.350)
Despesas gerais e administrativas	12	(597.433)	(865.681)
		<u>(1.165.783)</u>	<u>(1.478.031)</u>
Despesas sem restrição			
Despesas com pessoal	13	(354.461)	(290.946)
Despesas gerais e administrativas	14	(371.377)	(89.031)
Impostos, taxas e contribuições	-	(2.185)	(1.953)
Trabalho voluntário	16	(381.580)	-
Outras receitas	-	71.206	-
		<u>(1.038.397)</u>	<u>(381.930)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(2.204.180)</u>	<u>(1.859.961)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>117.622</u>	<u>187.415</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	15	(6.693)	(8.026)
Receitas financeiras	15	24.139	44.924
		<u>17.446</u>	<u>36.898</u>
Superávit do exercício		<u>135.068</u>	<u>224.313</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa José Coltro

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> <u>(não auditado)</u>
Superávit do exercício	-	135.068	224.313
Outros componentes do resultado abrangente			
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	9.2	55.308	55.308
Total do resultado abrangente do exercício	-	<u>190.376</u>	<u>279.621</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa José Coltro

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávit do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)		762.234	1.382.713	-	2.144.947
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(55.308)	-	(55.308)
Ajuste de exercícios anteriores	-	269.598	(253.497)	-	16.101
Superávit do exercício	-	-	-	224.313	224.313
Incorporação do superávit do exercício	-	224.313	-	(224.313)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		1.256.145	1.073.908	-	2.330.053
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	9.2	-	(55.308)	55.308	-
Superávit do exercício	-	-	-	135.068	135.068
Incorporação do superávit do exercício	-	190.376	-	(190.376)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>1.446.521</u>	<u>1.018.600</u>	<u>-</u>	<u>2.465.121</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa José Coltro

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	135.068	224.313
Ajustes para conciliar o Superávit do exercício com o caixa líquido das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	75.325	11.506
(Aumento) / redução nos ativos:		
Créditos diversos	22.018	(23.142)
Aumento / (redução) nos passivos:		
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.288	(47)
Projetos a realizar	167.319	-
Caixa líquido originado das atividades operacionais	<u>402.018</u>	<u>212.630</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(48.562)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(48.562)</u>	<u>-</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>353.456</u>	<u>212.630</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.068.644	856.014
No fim do exercício	1.422.100	1.068.644
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>353.456</u>	<u>212.630</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Casa José Coltro (“Entidade”), pessoa jurídica de direito privado, fundada em 16 de agosto de 1988, é uma Associação Civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente de assistência social. Está localizada na Avenida Carlos Lacerda, 3094 - Campo Limpo - São Paulo.

A Casa José Coltro tem por objetivo a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, por meio da prestação de serviços de convivência fortalecimento de vínculos entre crianças e jovens:

- i) Dando apoio a crianças e jovens de comunidades carentes, por meio de programas assistenciais, preventivos e de promoção humana, que se executarão mediante ações formativas e educativas com base na solidariedade na justiça;
- ii) Promovendo a melhor integração destes jovens no meio familiar e social, realizando ações com foco na convivência social por meio de arte, cultura, esporte e lazer; e
- iii) Desenvolvendo serviços, programas e projetos na área de Assistência Social segundo as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e atendendo o público-alvo como beneficiários, no escopo da política de Serviços de Proteção Social Básica.

1.1. Impactos da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19)

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis das organizações.

Nesse contexto, e apesar da distância e dos desafios inerentes à inclusão digital na região do Capão Redondo, a administração da Entidade conseguiu manter a comunicação e as atividades com 180 crianças e adolescentes de 6 a 14 anos. Foi readaptada toda a oferta de atividades e oficinas para o modo online, desenvolvendo vídeo aulas e entregando kits de materiais para a realização das tarefas em casa através do Youtube, Instagram, Facebook e WhatsApp.

Ao manter os dois principais programas junta a Prefeitura da Cidade de São Paulo - PMSP durante o período mais grave da Pandemia, foi possível cumprir os compromissos assumidos e com isso manter as receitas com convênios junto a PMSP.

Além disso, o total de receitas de doações em 2020 apresentou um aumento em comparação a 2019, principalmente por conta do aumento de doações de empresas comprometidas com a responsabilidade social.

Dessa forma, a administração concluiu que os impactos financeiros da pandemia são absorvíveis e não representam risco de continuidade nas operações.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Associação, findas em 31 de dezembro de 2020, foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme pronunciamento NBC TG 1000 (R-1), consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), particularmente a NBC TG 1000 (R-1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC no 1255/09, e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 R1 - Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Associação em 13 de abril de 2023 considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 17 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis

A Casa José Coltro aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

b) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Entidade compreendem valores a receber dos associados, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2020, incluindo operações de *hedge*.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com vencimentos originais de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

3.3. Imobilizado

O imobilizado é avaliado ao custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada de forma linear, considerando a vida útil estimada dos bens e as taxas de depreciação utilizadas pela Entidade estão descritas na Nota Explicativa nº 5.

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit/déficit no exercício em que o ativo for baixado.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2020.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.6. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.7. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.8. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.9. Impostos e contribuições

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 184 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22/11/2018, e artigo 195 da Constituição Federal. As obrigações tributárias registradas pela Entidade estão relacionadas aos impostos retidos na fonte sobre serviços de terceiros (quando houver).

3.10. Reconhecimento de receitas e despesas

Receitas e despesas operacionais

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade. As despesas da Entidade são reconhecidas de acordo com o seu fato gerador e regime de competência.

Doações de pessoas físicas e jurídicas

As receitas de doações e as contribuições voluntárias de terceiros são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas e são contabilizadas quando recebidas em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento e aplicadas nos projetos e programas que a Entidade desenvolve.

Programas e projetos incentivados

As doações recebidas vinculadas a projetos são registradas, pelo seu recebimento, no resultado do exercício, quando os projetos estão em andamento. Caso os projetos ainda não tenham sido executados, os recebimentos são registrados no passivo (Projetos a realizar) sendo apropriadas ao resultado em bases mensais e lineares à medida que os recursos são aplicados de acordo com as regras estipuladas pelo doador/patrocinador.

Receitas com trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração o montante que a Entidade pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalho voluntário são reconhecidas em contrapartida às despesas operacionais, ambas no resultado do exercício.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras, deduzidas da retenção do imposto de renda. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras. As receitas financeiras e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência dos exercícios e quando incorridas.

3.11. Patrimônio Líquido

Representa o patrimônio líquido inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

3.12. Projetos a realizar

Os aportes vinculados aos projetos e programas que possuem destinação específicas são controlados em contas de ativo e passivo, sendo a receita e o custo levado a resultado quando o objetivo previamente estabelecido é atingido.

3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a norma contábil aplicável as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020 ou a serem aplicado a partir de 1º de janeiro de 2021

Não há novas normas, alterações e interpretações de normas com aplicação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ou com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2021 que contemplem impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Entidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Sem restrição		
Caixa	823	134
Bancos conta movimento	10	31.210
Aplicações financeiras	1.253.948	994.643
Total	1.254.781	1.025.987
Com restrição		
Bancos conta movimento	111.162	23.702
Aplicações financeiras	56.157	18.955
Total	167.319	42.657
Total	1.422.100	1.068.644

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos de renda e fixa (certificados de depósitos bancários), com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Referidas aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

Os valores em conta corrente e aplicações financeiras com restrição de uso são provenientes de Programas de assistência social com recursos da Prefeitura da Cidade de São Paulo, firmados por meio de convênio e devem ser utilizados com as despesas específicas destes Programas. Os valores sem restrição são provenientes de doações de empresas do setor privado e/ou de pessoas físicas ou receitas operacionais.

5. Imobilizado líquido

Descrição	% Taxa anual de depreciação	31/12/2020			31/12/2019 (não auditado)
		Custo	Depreciação		Líquido
			acumulada	Líquido	
Edifícios	4	1.636.000	(513.553)	1.122.447	1.187.887
Móveis e utensílios	10	71.123	(49.307)	21.816	16.604
Máquinas e equipamentos	10	31.559	(26.687)	4.872	(9.694)
Equipamentos de informática	20	60.054	(35.550)	24.504	5.605
Veículos	20	23.375	(23.375)	-	-
Total		1.822.111	(648.472)	1.173.639	1.200.402

5.1. Movimentação do Imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2019 (não auditado)	Movimentação em 2020				Saldo em 31/12/2020
		Adições	Baixas	Transferências	Ajustes exercícios anteriores	
Movimentação do custo						
Edifícios	1.636.000	-	-	-	-	1.636.000
Móveis e utensílios	65.911	5.212	-	-	-	71.123
Máquinas e equipamentos	16.559	15.000	-	-	-	31.559
Equipamentos de informática	31.704	28.350	-	-	-	60.054
Veículos	23.375	-	-	-	-	23.375
Total custo	1.773.549	48.562	-	-	-	1.822.111
Movimentação depreciação						
Edifícios	(448.113)	(65.440)	-	-	-	(513.553)
Móveis e utensílios	(49.307)	-	-	-	-	(49.307)
Máquinas e equipamentos	(26.253)	(434)	-	-	-	(26.687)
Equipamentos de informática	(26.099)	(9.451)	-	-	-	(35.550)
Veículos	(23.375)	-	-	-	-	(23.375)
Total depreciação	(573.147)	(75.325)	-	-	-	(648.472)
Total imobilizado líquido	1.200.402	(26.763)	-	-	-	1.173.639

Em períodos anteriores, a Entidade realizou a reavaliação do imóvel sede (Edifícios). Os efeitos da reavaliação geraram um acréscimo no ativo imobilizado em R\$ 1.382.713, tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Como a Entidade não é contribuinte de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, não há impacto de impostos diferidos. A realização do ajuste de avaliação patrimonial é efetuada na proporção da depreciação do imóvel que deu origem à reavaliação, gerando, dessa forma, uma realização da reserva em 2020 de R\$ 55.308 (R\$ 55.308 em 2019 (não auditado)).

6. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Indenizações a pagar	2.288	-
Pis/Cofins/CSLL a recolher	36	36
ISS a recolher	16	16
Total	2.340	52

7. Projetos a realizar

7.1. Composição e movimentação dos recursos

A Administração da Entidade, no intuito de aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, decidiu, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgar no balanço patrimonial os valores que estão vinculados a projetos em execução que, até o exercício passado, eram registrados integralmente no resultado do exercício.

A apresentação visa demonstrar, de forma segregada, nas contas patrimoniais os montantes vinculados a projetos e reconhecer no resultado os valores quando da sua efetiva realização e assim apresentar as demonstrações contábeis em consonância com a ITG 2002 (R1) Entidade sem finalidade de lucros.

A composição e movimentação dos projetos a realizar em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

Descrição projeto	Saldos em 01/01/2020	Valores recebidos	Devolução recurso	Receitas financeiras	Consumo	Saldos em 31/12/2020
Por meio de projetos, programas e convênios						
Projeto CedeSP	11.413	618.520	-	-	(583.661)	46.272
Projeto CCA	31.244	671.925	-	-	(582.122)	121.047
Total geral projetos a realizar	42.657	1.290.445	-	-	(1.165.783)	167.319

8. Provisões para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2020 não existiam processos de natureza, legais, trabalhista e cíveis, movidos contra a Entidade, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada como prováveis e ou possíveis, conforme representado pelos consultores jurídicos e pela Administração.

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os tributos federais, estaduais, municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades, por períodos que variam de 05 (cinco) a 30 (trinta) anos.

9. Patrimônio líquido

9.1. Patrimônio social

Está representado pelo patrimônio original decorrente da criação da Entidade e do superávit ou déficit incorporado anualmente.

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais e nos programas sociais, em conformidade com seu estatuto social.

Em caso de dissolução da Entidade, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição com finalidades semelhantes, sem fins econômicos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a uma entidade pública, a critério da Assembleia Geral.

9.2. Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído em decorrência das reavaliações do imóvel registrado no ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 5) e que em 31 de dezembro de 2020 monta R\$ 1.018.600 (R\$ 1.073.908 em 2019 (não auditado)).

A sua realização se dá em decorrência da depreciação do exercício ou da baixa do imóvel que foi reavaliado, em contrapartida aos superávits acumulados. Durante o exercício 2020 e 2019, foi reconhecido o valor de R\$ 55.308.

10. Receitas

Receitas	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Receitas com convênios		
Convênios programas PMSP – (a)	1.165.783	1.478.031
Doações de pessoa física	183.602	93.162
Doações de pessoa jurídica	223.908	96.442
Doações em eventos e campanhas	215.565	217.780
Doações nota fiscal paulista	140.706	161.961
Receitas com doações (b)	763.781	569.345
Receitas com vendas de mercadorias (c)	10.658	-
Trabalho voluntário	381.580	-
Isenção usufruída	198.800	-
Total	2.520.602	2.047.376

- (a) São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com a Prefeitura da Cidade de São Paulo e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta contas de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competente, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades;
- (b) As receitas com doações são registradas por caixa em função dos recebimentos ocorridos, considerando a impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos; e
- (c) Refere-se a receitas com venda de bazar.

11. Despesas com pessoal – com restrição

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Salários e ordenados	(516.086)	(553.284)
Encargos sociais	(52.264)	(59.066)
Total	(568.350)	(612.350)

12. Despesas gerais e administrativas – com restrição

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Despesas com gêneros alimentícios	(319.645)	(416.056)
Serviços prestados por terceiros	(89.162)	(132.278)
Despesas com materiais pedagógicos e de uso e consumo	(103.080)	(128.693)
Despesas com manutenção e conservação	(41.215)	(87.075)
Despesa com aluguel	(19.057)	(15.494)
Despesas com transporte/condução	(14.724)	(14.217)
Telefone e internet	(10.330)	(16.864)
Despesas com transporte	(220)	(254)
Cursos, eventos e promoções	-	(39.834)
Outras despesas administrativas	-	(14.916)
Total	(597.433)	(865.681)

13. Despesas com pessoal – sem restrição

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Salários e ordenados	(240.257)	(208.393)
Encargos sociais	(23.868)	(9.342)
Indenização trabalhista	(53.558)	(60.294)
Assistência médica (a)	(30.560)	-
Vale transporte	(6.218)	(12.917)
Total	(354.461)	(290.946)

- (a) Os gastos com assistência médica dos colaboradores que estão dedicados aos projetos não estão no plano de cobertura de prestação de contas da PMSP, e por conta disso, ele não entra no grupo de gastos com restrição. O gasto é assumido diretamente pela Entidade.

14. Despesas gerais e administrativas – sem restrição

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Despesas com gêneros alimentícios (a)	(206.310)	(2.411)
Serviços prestados por terceiros	(70.137)	(27.889)
Depreciação e amortização (b)	(75.325)	(11.506)
Despesas com materiais pedagógicos e de uso e consumo	(7.699)	(19.151)
Despesas com manutenção e conservação	(3.078)	(12.958)
Despesa com aluguel	(1.423)	(2.306)
Despesas com transporte/condução	(1.100)	(2.116)
Telefone e internet	(772)	(2.509)
Despesas com transporte	(16)	(37)
Cursos, eventos e promoções	-	(5.928)
Outras despesas administrativas	(5.517)	(2.220)
Total	(371.377)	(89.031)

- (a) Durante a pandemia de Covid 19, a Entidade comprou cestas básicas para doação as famílias carentes que são atendidas por ela. Como eles não estavam indo presencialmente na Entidade, não houve a oferta de refeição e com isso as famílias ficaram em situação precária e receberam doação de cestas básicas, acarretando no aumento com esses gastos;
- (b) No exercício de 2020, os valores de depreciação da reavaliação do imóvel sede passou a ser registrado no resultado do período para posterior movimentação na demonstração das mutações do patrimônio como ajuste de avaliação patrimonial, acarretando no aumento do saldo.

15. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(6.693)	(8.026)
Total	(6.693)	(8.026)
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicação financeira	24.139	44.924
Total	24.139	44.924
Resultado financeiro	17.446	36.898

16. Trabalho voluntário

A Administração da Entidade, no intuito de aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, decidiu, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgar nas demonstrações do resultado os valores relacionados ao trabalho voluntário.

De acordo com essa nova política contábil, as receitas com trabalho voluntário quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG-2002 (R1) – Entidades sem finalidade de Lucros, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade recebeu trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções administrativas, financeiras e sociais mensurados o qual seria equivalente ao valor justo total de R\$ 381.580.

17. Remuneração da administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indireta, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

18. Isenção usufruída

A Entidade é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei nº. 9.532/1992, Lei nº 11.096/2006 e lei nº 12.101/2009 e Decreto 7.237/2010.

i) Característica da isenção

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei nº. 9.532/97 e artigo 1º da lei nº. 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida por legislação constitucional;
- A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a Entidade é dispensada de recolher o tributo; e
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

ii) Requisitos para manutenção da isenção tributária

A Entidade é uma entidade beneficente de assistência social (possui Cebas) e para usufruir da isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei nº. 12.101/2009, cumpri os seguintes requisitos:

Estatutários

- Não percebe os seus diretores conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 27);
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 29);

- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art. 30);
- Atende o princípio a universalidade de atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (art. 3º);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos que, no caso de dissolução ou extinção da Entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/1999, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social com sede e atividades preponderante no estado de São Paulo preferencialmente no município de origem, e registrada no Conselho Nacional de Assembleia Social – CNAS, inexistindo, a uma entidade pública (art. 32);
- Consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a lei nº 8.742/1993 (LOAS) e Decreto nº. 6.308/2007 (art. 2º) e;
- Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.

iii) Contribuições sociais usufruídas (isentas)

A Entidade possui o Certificado de Entidade beneficente de Assistência Social (Cebas), conforme artigo 29 da Lei nº 12.101/09 entidade beneficente certificada fara jus a isenção de pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 a 23 da lei 8.212/91. A seguir as contribuições sociais usufruídas e o montante do exercício.

Contribuições sociais usufruídas: 20% sobre folha de salários

A Administração da Entidade, no intuito de aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, decidiu, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgar nas notas explicativas os valores das isenções usufruídas.

A Entidade, por ser portadora do referido certificado, beneficiou-se com o não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento de seus funcionários cujo montante calculado, como se devido fosse para o exercício de 2020 foi de:

Descrição	31/12/2020
INSS sobre folha de pagamento	198.800

A Entidade está sujeita a contribuições ao Programa de Integração Social (PIS), à taxa de 1% sobre a folha de pagamento mensal e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

19. Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG2002(R1) em 02 de setembro de 2015, a Entidade, por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) – 25% sobre o superávit do exercício;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – 9% sobre superávit do exercício;
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – 5% sobre a receita de serviços; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – 3% sobre as receitas próprias.

20. Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os Instrumentos financeiros da Entidade, são classificados como custo amortizado.

Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a Entidade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Entidade procura realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco. A Entidade não identificou necessidade de provisão créditos de liquidação duvidosa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Entidade é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Entidade.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

21. Cobertura de seguros

A Entidade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações.

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade possui as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Tipo de cobertura	Importância segurada
Veículos	100% do valor de mercado
Incêndio e danos materiais do escritório	R\$ 1.400.000,00

O escopo dos trabalhos dos nossos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Entidade e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

* * *